

Christine  
Losh  


# Casa do Povo de St. António das Areias

Anexo

31 de dezembro de 2021

## Índice

1	Identificação da Entidade.....	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras .....	3
3	Principais Políticas Contabilísticas.....	4
3.1	Bases de Apresentação .....	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração .....	6
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	12
5	Ativos Fixos Tangíveis.....	12
6	Ativos Intangíveis .....	13
7	Custos de Empréstimos Obtidos .....	15
8	Inventários .....	15
9	Rédito .....	15
10	Subsídios do Governo e apoios do Governo .....	15
11	Benefícios dos empregados .....	16
12	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	16
13	Outras Informações.....	16
13.1	Investimentos Financeiros .....	16
13.2	Associados.....	17
13.3	Clientes e Utentes .....	17
13.4	Outras contas a receber .....	17
13.5	Diferimentos .....	17
13.6	Caixa e Depósitos Bancários .....	17
13.7	Fundos Patrimoniais.....	17
13.8	Fornecedores .....	18
13.9	Estado e Outros Entes Públicos.....	18
13.10	Outras Contas a Pagar.....	18
13.11	Subsídios, doações e legados à exploração .....	18
13.12	Fornecimentos e serviços externos.....	19
13.13	Outros rendimentos.....	19
13.14	Outros gastos .....	19
13.15	Resultados Financeiros.....	19
13.16	Acontecimentos após data de Balanço .....	20

## 1 Identificação da Entidade

A “Casa do Povo de St. António das Areias” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Associação com estatutos publicados no Diário da República, com sede em Avenida 25 de Abril Nº 19, Santo António das Areias, tendo como finalidade a satisfação das necessidades básicas da população do concelho de Marvão em geral, e dos seus associados em particular.

## 2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2021 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI)

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL. Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

O montante total de ajustamento à data da transição reflete a diferença ocorrida nas Demonstrações Financeiras devido à adoção da NCRF-ESNL. Estes ajustamentos estão evidenciados em “Resultados Transitados”. Assim, os efeitos provenientes da adoção do novo

referencial contabilístico à data da transição (1 de janeiro de 2011) foram registados em “Fundos Patrimoniais” e estão descritos e explicitados no quadro que se segue:

<b>Reconciliação dos Fundos Patrimoniais</b>	
<b>Fundos Patrimoniais PCIPSS/PCAM/POCFADAAC</b>	<b>499.405,45</b>
Outros Ajustamentos (subsídios ao investimento)	373.439,66
<b>Fundos Patrimoniais SNC-ESNL</b>	<b>872.845,11</b>

Por sua vez a reconciliação do Resultado do Período é a seguinte:

<b>Reconciliação do Resultado</b>	
<b>Resultado Líquido PCIPSS/PCAM/POCFADAAC</b>	<b>-6.496,24</b>
Total de Ajustamentos	0,00
<b>Resultado Líquido SNC-ESNL</b>	<b>-6.496,24</b>

### **3 Principais Políticas Contabilísticas**

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

#### **3.1 Bases de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

##### **3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrerem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

##### **3.1.2 Continuidade:**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

---

### 3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

### 3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

### 3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### 3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

### 3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

### 3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se

continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

### **3.1.9 Neutralidade**

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

### **3.1.10 Prudência**

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

### **3.1.11 Plenitude**

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

### **3.1.12 Comparabilidade**

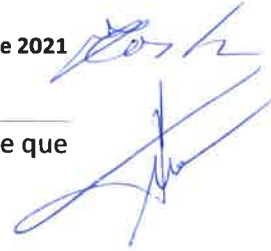
A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

## **3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração**

### **3.2.1 Ativos Intangíveis**

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas



quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	6

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

### 3.2.2 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	10 a 40
Equipamento básico	8 a 16
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros Ativos fixos tangíveis	4 a 16

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

### 3.2.3 Bens do património histórico e cultural

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Variações nos fundos patrimoniais”



As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verificarem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

### **3.2.4 Inventários**

Os "Inventários" estão registados ao custo de aquisição.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

### **3.2.5 Instrumentos Financeiros**

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

### Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram

com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

#### Cientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como ativos não Correntes.

#### Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

#### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

#### Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

### **3.2.6 Fundos Patrimoniais**

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo



### 3.2.7 Financiamentos Obtidos

#### Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

### 3.2.8 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que: “A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da

respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

#### **4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:**

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

#### **5 Ativos Fixos Tangíveis**

##### Bens do património histórico, artístico e cultural

No período de 2020, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

Descrição	2020					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
<b>Custo</b>						
Bens Imóveis	626.194,77					0,00
<b>Total</b>	<b>626 194,77</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>626 194,77</b>

No período de 2021, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

Descrição	2021					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
<b>Custo</b>						
Bens Imóveis	626.194,77					626.194,77
<b>Total</b>	<b>626 194,77</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>626.194,77</b>

##### Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2020 e de 2021, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Existência  
 José  
 Juv

Descrição	2020					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
<b>Custo</b>						
Edifícios e outras construções	1.806.521,02	282 523,70		- 24 525,91		2 064 518,81
Equipamento básico	195 377,52	3 422,00				198 799,52
Equipamento de transporte	57 862,33					57 862,33
Equipamento administrativo	36 016,92	3 781,00				39 793,92
Outros Ativos fixos tangíveis	23 331,94					23 331,94
<b>Total</b>	<b>2 119 105,73</b>	<b>289 726,70</b>	<b>0,00</b>	<b>- 24 525,91</b>	<b>0,00</b>	<b>2 384 306,52</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Edifícios e outras construções	411 924,77	45 006,44				456 931,21
Equipamento básico	111 621,75	11 037,13				122 658,88
Equipamento de transporte	44 737,33	4 375,00				49 112,33
Equipamento administrativo	29 398,33	1 865,23				31 263,56
Outros Ativos fixos tangíveis	15 601,81	1 930,48				17 532,29
<b>Total</b>	<b>613 283,99</b>	<b>64 214,28</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>677 498,27</b>

Descrição	2021					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
<b>Custo</b>						
Edifícios e outras construções	2 064 518,81	54500,42				2 119 019,23
Equipamento básico	198 799,52					198 799,52
Equipamento de transporte	57 862,33					57 862,33
Equipamento administrativo	39 793,92					39 793,92
Outros Ativos fixos tangíveis	23 331,94	1 099,00				24 430,94
<b>Total</b>	<b>2 384 306,52</b>	<b>55 599,42</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2 439 905,42</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Edifícios e outras construções	456 931,21	47 711,46				504 642,67
Equipamento básico	122 658,88	11 174,37				133 833,25
Equipamento de transporte	49 112,33	4 375,00				53 487,33
Equipamento administrativo	31 263,56	1 576,54				32 840,10
Outros Ativos fixos tangíveis	17 532,29	1 807,54				19 339,83
<b>Total</b>	<b>677 498,27</b>	<b>66 644,91</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>744 143,18</b>

## 6 Ativos Intangíveis

### Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2020 e de 2021, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2020					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
<b>Custo</b>						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	6 437,20					6 437,20
Programas de Computador	1 666,67					1 666,67
<b>Total</b>	<b>8 103,87</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>8 103,87</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	6 437,20					7 970,67
Programas de Computador	1 533,47					0,00
<b>Total</b>	<b>7 970,67</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>7 970,67</b>

Descrição	2021					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
<b>Custo</b>						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	6 437,20					6 437,20
Programas de Computador	1 666,67					1 666,67
<b>Total</b>	<b>8 103,87</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>8 103,87</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	6 437,20					7 970,67
Programas de Computador	1 533,47					0,00
<b>Total</b>	<b>7 970,67</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>7 970,67</b>

## 7 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2021			2020		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	32 748,56	272 251,44	305 000,00	46 445,35	209 657,64	256 102,99
Outros Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>32 748,56</b>	<b>272 251,44</b>	<b>305 000,00</b>	<b>46 445,35</b>	<b>209 657,64</b>	<b>256 102,99</b>

Os planos de reembolso da dívida da Entidade, referente a empréstimos obtidos, detalham-se como segue:

Descrição	2021			2020		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano						
De um a cinco anos						
Mais de cinco anos						
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

## 8 Inventários

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2020				2021		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1 891,68	69 523,28	0,00	1 886,21	70 825,16	0,00	1 317,12
<b>Total</b>	<b>1 891,68</b>	<b>69 523,28</b>	<b>0,00</b>	<b>1 886,21</b>	<b>70 825,16</b>	<b>0,00</b>	<b>1 317,12</b>
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				69 481,41			71 394,25

## 9 Rédito

Para os períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2021	2020
<b>Prestação de Serviços</b>		
Quotas de utilizadores	316 475,05	306 374,76
Quotas e joias	3 868,00	3 904,00
<b>Total</b>	<b>320 343,05</b>	<b>310 278,76</b>

## 10 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2021	2020
<b>Subsídios do Governo</b>		
ISS	221 453,23	227 218,70
POISE	0,00	1 881,17
Autarquias	17 460,69	18 421,86
Outras Entidades	1 552,01	283,55
<b>Total</b>	<b>240 465,93</b>	<b>247 805,28</b>

## 11 Benefícios dos empregados

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários, em média 27 durante o ano, foram os seguintes:

Descrição	2021	2020
Remunerações ao pessoal	255 550,18	263 729,56
Benefícios Pós-Emprego	900,00	6 250,00
Encargos sobre as Remunerações	57 086,23	59 047,80
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	4 226,55	2 795,16
Outros Gastos com o Pessoal	1 890,16	1 102,95
<b>Total</b>	<b>319 653,12</b>	<b>332 925,47</b>

## 12 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

## 13 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

### 13.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2021 e 2020, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2021	2020
<b>Outros investimentos financeiros (FCT)</b>	<b>6 352,24</b>	<b>5 033,60</b>
<b>Total</b>	<b>6 352,24</b>	<b>5 033,60</b>



*Existencia*  
*Corle*  
*Lu*

### 13.2 Associados

A 31 de dezembro de 2021 e 2020, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
<b>Ativo</b>		
Quotas	15 460,00	15 518,00
<b>Total</b>	<b>15 460,00</b>	<b>15 518,00</b>

### 13.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2021 e 2020 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2021	2020
<b>Clientes e Utentes c/c</b>		
Utentes	333,80	1 230,95

### 13.4 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a seguinte decomposição:

Descrição	2021	2020
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	87,93
Devedores por acréscimos de rendimentos	0,00	9 007,50
Outros Devedores	5,98	23 801,29
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>5,98</b>	<b>32 896,72</b>

### 13.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
<b>Gastos a Reconhecer</b>		
Fornecimentos e serviços externos	17 077,24	11 105,57
<b>Total</b>	<b>17077,24</b>	<b>11 105,57</b>

### 13.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2021 e 2020, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2021	2021
Caixa	132,04	72,91
Depósitos à ordem	8 728,90	13 560,10
<b>Total</b>	<b>8 860,94</b>	<b>13 633,01</b>

### 13.7 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	422 437,95	0,00	0,00	422 437,95
Resultados transitados	165 138,74	37 385,73	0,00	202 524,47
Outras variações nos fundos patrimoniais	1 307 927,28	0,00	-13 204,28	1 294 723,00
<b>Total</b>	<b>1 895 503,97</b>	<b>37 385,73</b>	<b>-13 204,28</b>	<b>1 919 685,42</b>

### 13.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Fornecedores c/c	47 370,96	59 787,49
<b>Total</b>	<b>47 370,96</b>	<b>59 787,49</b>

### 13.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	5 149,78	3 160,34
<b>Total</b>	<b>5 149,78</b>	<b>3 160,34</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	1 541,50	2 144,00
Segurança Social	7 488,27	6 880,65
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>9 029,77</b>	<b>9 024,65</b>

### 13.10 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2021		2020	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
<b>Pessoal</b>				
Outras operações		40,53		572,85
<b>Fornecedores de Investimentos</b>		<b>67 089,17</b>		<b>112 550,34</b>
<b>Credores por acréscimo de gastos</b>		<b>32 825,56</b>		<b>31 983,90</b>
<b>Outros credores</b>		<b>20 474,01</b>		<b>11 568,91</b>
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>120 429,27</b>	<b>0,00</b>	<b>156 676,00</b>

### 13.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2021 e 2020, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2021	2020
Subsídios do Estado e outros entes públicos	221 453,23	229 254,24
Subsídios de outras entidades	19 012,70	18 551,04
Doações e heranças	6 177,04	7 717,34
<b>Total</b>	<b>246 642,97</b>	<b>255 522,62</b>

*Christina*  
*[Signature]*  
*[Signature]*

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 10.

### 13.12 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, foi a seguinte:

Descrição	2021	2020
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	45 045,03	24 585,23
Materiais	8 429,14	10 682,07
Energia e fluidos	50 843,11	46 569,83
Deslocações, estadas e transportes	332,28	330,35
Serviços diversos	48 901,43	40 054,44
<b>Total</b>	<b>153 550,99</b>	<b>122 221,92</b>

### 13.13 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Rendimentos Suplementares	245,00	728,90
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	4,35	31,70
Rendimentos em investimentos não financeiros	37 661,02	39 730,20
Outros rendimentos	36 326,72	39 604,13
<b>Total</b>	<b>74 237,09</b>	<b>80 094,93</b>

### 13.14 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Impostos	9 248,78	9 152,93
Incobráveis	443,00	0,00
Outros Gastos	4 195,52	2 310,14
<b>Total</b>	<b>13 887,30</b>	<b>11 463,07</b>

### 13.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2021	2020
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	6 250,69	6 794,38
Outros gastos e perdas de financiamento	3 960,01	1 410,05
<b>Total</b>	<b>10 210,70</b>	<b>8 204,43</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>-10 210,70</b>	<b>-8 204,43</b>

### 13.16 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

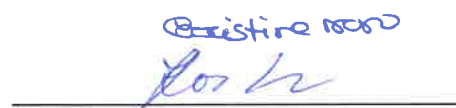
Santo António das Areias, 31 de dezembro de 2021

O Contabilista Certificado



A horizontal line with a handwritten signature in black ink crossing it.

A Direcção



A horizontal line with a handwritten signature in blue ink above it, which includes the name "Cristina" and a date "2021".

Casa do Povo de St. António das Areias  
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

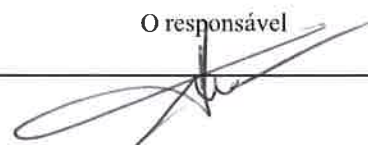
Contribuinte: 500999015  
Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2021	31 DEZ 2020
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis		1 695 762,76	1 706 808,25
Bens do património histórico e artístico e cultural		626 194,77	626 194,77
Ativos intangíveis		133,20	133,20
Investimentos financeiros		6 352,24	5 033,60
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		<b>2 328 442,97</b>	<b>2 338 169,82</b>
<b>Activo corrente</b>			
Inventários		1 317,12	1 886,21
Créditos a receber		36 238,99	39 068,22
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		15 460,00	15 518,00
Diferimentos		17 077,24	11 105,57
Caixa e depósitos bancários		8 860,94	13 633,01
		<b>78 954,29</b>	<b>81 211,01</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>2 407 397,26</b>	<b>2 419 380,83</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos		422 437,95	422 437,95
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		202 524,47	165 138,74
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		1 294 723,00	1 307 927,28
		<b>1 919 685,42</b>	<b>1 895 503,97</b>
Resultado líquido		5 881,84	37 385,73
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		<b>1 925 567,26</b>	<b>1 932 889,70</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores		47 370,96	59 787,49
Estado e outros entes públicos		9 029,77	9 024,65
Resultados disponíveis		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		305 000,00	256 102,99
Outros passivos correntes		120 429,27	161 576,00
		<b>481 830,00</b>	<b>486 491,13</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>481 830,00</b>	<b>486 491,13</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>2 407 397,26</b>	<b>2 419 380,83</b>

A Direcção

O responsável







## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados		320.343,05	310.278,76
Subsídios, doações e legados à exploração		246.642,97	255.522,62
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		71.394,25	69.481,41
Fornecimentos e serviços externos		153.550,99	122.221,92
Gastos com o pessoal		319.653,12	332.925,47
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		74.237,09	80.094,93
Outros gastos		13.887,30	11.463,07
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>82.737,45</b>	<b>109.804,44</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		66.644,91	64.214,28
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>16.092,54</b>	<b>45.590,16</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		10.210,70	8.204,43
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>5.881,84</b>	<b>37.385,73</b>
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>5.881,84</b>	<b>37.385,73</b>

Arashine 15/02  